

Luciana Ximenes

# Os vazios das grandes estruturas

## um olhar sobre o Parque Madureira

### Resumo

*Este artigo busca lançar luz sobre os vazios urbanos das grandes estruturas de capital fixo incorporado à terra e suas transformações na produção do espaço urbano. Para tanto, a partir da produção de David Harvey, é realizada uma discussão sobre o ambiente construído enquanto mercadoria geograficamente ordenada, complexa e composta, buscando reconhecer as interações entre capital fixo e bens de consumo. Pretende-se aqui avançar na compreensão do papel do ambiente construído na circulação do capital de forma ampla, com o olhar atento para as implicações que afetam localmente o território. Tomando como base estas reflexões, é apresentada uma breve análise sobre o processo de transformação que envolve a criação do Parque Madureira. Esta análise tem especial interesse em destacar os conflitos e as contradições deste projeto que, para sua implementação, provocou a remoção de centenas de famílias da favela Vila das Torres.*

Produção do espaço urbano

Vazios urbanos

Parque Madureira

Remoções forçadas

### Abstract

*This article seeks to clarify the question about the urban voids of the large structures of fixed capital embedded in land and its transformations in the production of urban space. To do so, from the production of David Harvey, a discussion about the environment built as a geographically ordered, complex and composed commodity is carried out, seeking to recognize the interactions between fixed capital and consumer goods. The aim here is to advance the understanding of the role of the built environment in the circulation of capital in a broad way, with a careful look at the implications that affect the territory locally. Based on these reflections, a brief analysis is presented on the process of transformation that involves the creation of Parque de Madureira. This analysis has particular interest in highlighting the conflicts and contradictions of this project, which, for its implementation, has led to the removal of hundreds of families from the Vila das Torres favela.*

Production of urban space

Urban voids

Parque Madureira

Forced removals

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Em um país marcado pela industrialização por baixos salários, o custo de reprodução da força de trabalho de grande parte da população urbana não acompanha os preços que o mercado imobiliário fixa para a habitação. A essa população, que de um jeito ou de outro precisa morar, resta o acesso a esta mercadoria pela produção do Estado que, historicamente, se mostra inadequada, insuficiente e, por vezes, também comprometida pelo custo especulativo da terra urbana. Ou, ainda, o acesso por fora do mercado imobiliário dito formal, levando a ocupações de terras urbanas desvalorizadas. Como destacado por Ermínia Maricato ao longo de sua obra, enquanto o cerceamento ao direito à moradia faz da ocupação de terras parte intrínseca do processo de urbanização do país, estrutural e institucionalizada, tem-se as cidades marcadas por extensos vazios fundiários (MARICATO, 2000).

Imersas neste quadro, muitas cidades brasileiras têm passado por processos de transformação que envolvem grandes estruturas de capital fixo enraizado à terra (como ferrovias, rodovias, indústrias e portos), que têm perdido suas funções originais, encontrando-se em um “vazio” de uso. Partindo da formulação de David Harvey (2013), o ambiente construído é lido aqui como uma mercadoria geograficamente ordenada, complexa e composta. Desta forma, estes processos têm levado à atribuição de novos usos mais condizentes com os processos de acumulação por urbanização (HARVEY, 2013).

As especificidades destas grandes estruturas, em especial sua larga escala e o vultuoso volume de capital empregado para sua criação, colocam a necessidade destas transformações ocorrerem como grandes projetos urbanos protagonizados pelos grandes agentes produtores do espaço urbano. Nestes momentos, os conflitos urbanos são intensificados. Com a definição de novos usos mais rentáveis a estes espaços urbanos, há o rompimento das condições de desvalorização da terra, que por vezes permitiram nelas a permanência das moradias das classes populares ou

em terrenos desvalorizados no seu entorno, levado a grandes ações de remoções forçadas.

Este texto tem como objetivo lançar luz sobre os processos de transformações do espaço urbano a partir dos conflitos em torno do uso da terra, tendo o olhar voltado para as transformações que envolvem momentâneos vazios de uso atrelados às condições de desvalorização das grandes estruturas urbanas. Aciono então a análise crítica sobre a produção capitalista da cidade presente na obra de Harvey, uma vez que o autor vem sistematicamente incorporando as contribuições da economia política de Karl Marx ao debate urbano, oferecendo insumos de grande valia para as discussões deste campo.<sup>2</sup> Trabalho aqui com as categorias de capital fixo e bens de consumo, observando como elas se relacionam de forma direta nestes processos.

Por fim, tomo o Parque Madureira, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, como caso exemplar de grandes projetos urbanos de transformação de vazios atrelados a grandes estruturas que perderam sua função como capital fixo de produção e que acentuam os conflitos urbanos pelo acesso à terra. Nesta breve exposição, tenho como objetivo apresentar como se deu este processo de mudança de uso do solo que levou à formação do Parque e como este projeto interage com a histórica questão da moradia na cidade do Rio de Janeiro por meio dos conflitos que dele surgiram.

## OS VAZIOS DAS GRANDES ESTRUTURAS URBANAS

Uma parte significativa dos espaços das grandes cidades brasileiras que passaram por processos de transformação urbana no período recente compartilha de sua condição espacial definida por grandes estruturas urbanas. Uma cartela de projetos internacionais tem alcançado grande repercussão como modelos a serem seguidos em processos de ressignificação de grandes estruturas que ao longo da evolução urbana perderam seu uso original, como é o caso do High Line Park na cidade de New York ou de Puerto Madero na cida-

<sup>1</sup> Este artigo é parte de um estudo mais amplo sobre a produção do espaço urbano a partir da análise do processo de transformação que resultou na criação do Parque Madureira, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Para operacionalização da pesquisa, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, observação, entrevistas a gestores públicos e visitas a campo. O processo e os resultados da pesquisa são expostos de forma mais densa na dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no prelo.

<sup>2</sup> Ressalto que a opção por trabalhar centralmente sobre a obra de Harvey para dar corpo à discussão aqui proposta possibilita sistematizar de maneira mais detida algumas de suas categorias, entretanto impõe também limitações ao não incorporar discussões relevantes realizadas por outros autores. Tal decisão foi tomada tendo em vista que meu interesse neste artigo concentra-se em construir uma chave de análise pertinente para a discussão dos processos em estudo, não almejando apresentar uma reflexão mais aprofundada sobre as formulações teóricas em questão.

de de Buenos Aires. O primeiro conferiu novo uso a uma antiga linha férrea, transformando-a em um parque urbano linear, e o segundo transformou antigas instalações portuárias em um grande complexo de serviços voltados ao turismo e a empreendimentos imobiliários de alto padrão.

Em seus usos originais, essas grandes estruturas urbanas às quais me refiro são instrumentos de trabalho que se inserem no âmbito da produção capitalista na luta para a preservação da acumulação do capital. Não sendo encontradas na natureza, essas estruturas são produzidas pela indústria humana, moldadas sobre as exigências capitalistas e mobilizadas como “alavancas” para a acumulação (HARVEY, 2013). São, portanto, instrumentos de trabalho – assim como as ferramentas, máquinas e fábricas – produzidos como mercadorias e inseridos no processo de produção como capital fixo. Somente com seu uso para a produção de mais-valor estas estruturas são classificadas como capital fixo. Marx ilustra esta condição atrelada ao uso com o exemplo de uma estrada, que pode ser usada simultaneamente “tanto de meio de comunicação para a produção propriamente dita quanto para passear” (MARX, 2011, p. 570 apud HARVEY, 2013, p. 283), neste último caso dedicada ao consumo.

A partir das formulações de Harvey sobre a circulação do capital, nos interessa aqui a sua leitura sobre como se dá a formação do capital fixo, as mudanças de uso que levam à sua condição como bens de consumo, e como isso se dá no ambiente construído. Com isso, será possível ter mais clareza na linha de similaridades que envolve as transformações em torno dos vazios urbanos.

Harvey destaca a importância de se conhecer o tempo de vida útil da estrutura de capital fixo para assim conhecer o seu valor, porém alerta que o valor não pode ser visto como “uma métrica fixa para descrever o mundo em mutação” e sim como “uma relação social que incorpora a contradição e a incerteza em seu próprio centro” (HARVEY, 2013, p. 294). Tendo como exemplo as máquinas, o seu tempo de vida útil é dado por determinações sociais que são imprevisíveis, sofrendo com o ritmo das mudanças tecnológicas. Sendo as mudanças tecnológicas essenciais para a definição do seu valor de uso, podemos compreender que elas são protagonistas das “revoluções no valor”. “A mudança tecnológica desempenha tanto um papel desestabilizador com respeito à circulação do capital fixo quanto o faz nos modelos simples de superacumulação e desvalorização” (HARVEY, 2013, p. 294).

A vulnerabilidade da vida útil das estruturas de capital fixo às revoluções tecnológicas pode ser ilus-

trada em um episódio marcante da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XX. A antiga zona portuária da cidade recebeu um grande leque de estruturas urbanas no final do século XIX, como a estrada de Ferro D. Pedro II (1854), as docas de D. Pedro II e a estação marítima (ramal Gamboa em 1879). Com isso, a região valorizou-se para os usos comercial, fabril e portuário e enfrentou um movimento de desvalorização para o uso residencial (PEREIRA DA SILVA ANDRADE CANEDO in VAZ REZENDE; MACHADO, 2012). Já no início do século XX, a cidade passou por intervenções urbanas que levaram a grandes transformações na região, aprofundadas diante da modernização dos processos tecnológicos na atividade portuária. A inovação no uso dos containers fez com que as atividades portuárias passassem a necessitar de grandes áreas descobertas e da instalação de esteiras rolantes, o que motivou o deslocamento de grande parte dessas atividades para o bairro vizinho e, posteriormente, para um novo porto. Com este quadro, a zona portuária tem um esvaziamento de sua principal função econômica e o distanciamento de sua população da frente de mar – majoritariamente portuários, de origens africanas e lusitanas (GONÇALVES, 2012).

Neste momento, em que uma mudança tecnológica requer a ampliação das estruturas de capital fixo, o sistema enfrenta barreiras que paralisam sua capacidade de inovação. Para superá-las, faz-se necessário que haja uma retirada do capital circulante e a sua destinação para um “trabalho não imediatamente produtivo”. Para esclarecer essa passagem Harvey utiliza do seguinte trecho de Marx:

A parte da produção orientada para a produção do capital fixo não produz objetos da fruição imediata nem valores de troca imediatos. [...] Por conseguinte, [...] depende do grau de produtividade já alcançado [...] que uma parte do tempo de produção seja suficiente para a produção imediata. Para tanto, é preciso que a sociedade possa esperar; que uma grande parte da riqueza já criada possa ser retirada tanto da fruição imediata quanto da produção destinada à fruição imediata, para empregar essa parte do trabalho não imediatamente produtivo (MARX, 2011, p. 589-590 apud HARVEY, 2013, p. 296).

É condição para a formação do capital fixo que se tenha chegado a um alto nível de produtividade e de excedente relativo, o que só seria alcançado com excedentes de produtos e de força de trabalho. Harvey coloca que esta condição pode ser alcançada de duas formas. A primeira delas se dá desde que se apresentem condições preexistentes, sem que haja in-

preferência no capital circulante, que seria por meio da apropriação direta, da conversão e da acumulação primitiva. Desta forma, os capitalistas podem adquirir o valor de uso do capital fixo sem que este tenha sido produzido na forma-mercadoria. Como exemplo, Harvey aponta a ação dos primeiros industriais da Grã-Bretanha do século XVIII, que adquiriram grande parte de seu capital fixo capturando para o uso produtivo antigas estruturas como moinhos, celeiros e sistemas de transporte. A segunda forma de alcançar as precondições necessárias para a formação de capital fixo seria por meio da superacumulação, que envolve a criação de “capital não empregado em um polo e uma população de trabalhadores desempregados no outro” (HARVEY, 2013, p. 298). Porém, os excedentes associados à superacumulação não são deslocados instantaneamente para a produção de capital fixo, fazendo-se necessário, frequentemente, a existência de crises para forçar tal deslocamento. Este seria um caminho para solucionar problemas de superacumulação e para proteção da desvalorização do capital fixo. Entretanto, nesse caminho encontramos uma nova contradição, pois o capital fixo exerce um poder coercitivo aos usos futuros, cerceando possíveis mudanças no sistema de produção e de consumo, que devem ser adequadas à realização do capital fixo.

Por um lado, o capital fixo proporciona uma alavanca poderosa para a acumulação, enquanto o investimento adicional em capital fixo proporciona um alívio pelo menos temporário para os problemas de superacumulação. Por outro lado, a produção e o consumo ficam cada vez mais aprisionados dentro das maneiras fixas de fazer as coisas e cada vez mais comprometidos com linhas de produção específicas. O capitalismo perde a sua flexibilidade, e a capacidade de inovação se vê paralisada. (HARVEY, 2013, p. 300)

Com essas considerações a respeito da circulação do capital fixo, Harvey a insere em uma malha de forças contraditórias que envolvem mudanças tecnológicas, desequilíbrio, formação de crise, superacumulação e desvalorização.<sup>3</sup>

Harvey dedica especial atenção às estruturas de capital fixo de larga escala e de grande durabilidade, por suas especificidades quanto à formação e circulação. A durabilidade da estrutura de capital fixo advém

3 O autor expõe essa formulação, numa primeira análise, sem ter considerado a intervenção do sistema de crédito que poderia ser apropriado para resolver tais contradições. Porém, apoiado em Marx, Harvey aponta em seguida que o crédito estaria deslocando para dentro da sua própria esfera as contradições e não superando-as como seria aparente.

em parte da durabilidade física do material empregado, e ela é desejada pois quanto maior a frequência da renovação de seus itens mais caro ele seria ao capitalista. Entretanto, sua longa extensão no tempo acresce o risco de desvalorização por mudanças tecnológicas. Portanto, sua durabilidade “varia segundo as circunstâncias econômicas e as possibilidades materiais e tecnológicas” (HARVEY, 2013, p. 304). Esta condição parece mais simples quando se trata de estruturas como máquinas, porém ganha complexidade nas estruturas de capital fixo de larga escala como represas, portos e ferrovias. As condições para a formação do “capital fixo de larga escala e grande durabilidade” são especiais por exigirem um grande esforço inicial e variam em relação ao modo de ser físico e material. Enquanto algumas estruturas podem ser produzidas pouco a pouco (das quais Harvey dá como exemplo as ferrovias), outras têm que estar totalmente acabadas para atuarem na produção (como é o caso das represas). Para sua formação, estas estruturas exigiriam um grande investimento de capital e um longo período de trabalho até sua completude. Em uma era capitalista avançada, “a concentração e centralização do capital e a organização de um sistema de crédito sofisticado permitem que tais projetos sejam realizados em uma base capitalista” (HARVEY, 2013, p. 305).

Atentemo-nos às estruturas de capital fixo enraizadas na terra, especialmente fixos, aqueles apontados por Marx como “capital imóvel”.<sup>4</sup> As estruturas de capital fixo enraizadas na terra, assim como os demais elementos que compõem o espaço urbano, assumem sob as relações sociais do capitalismo a forma de mercadoria, tendo como especificidade da sua condição a localização espacial como atributo fundamental.

As grandes cidades brasileiras têm sua evolução urbana marcada pelo investimento na formação de grandes estruturas de capital fixo enraizadas na terra, como eixos ferroviários ao longo dos quais se distribuíram as grandes indústrias e os bairros operários no século XX, os portos que desde o período marcado pela escravidão tinham em seu entorno uma composição social densa, e mais recentemente as grandes rodovias que seguem das áreas centrais às zonas periféricas. Por sua larga escala e grande durabilidade, estas estruturas são expostas ao risco da desvalorização por mudanças tecnológicas que, juntas a circuns-

4 Importante frisar aqui que capital fixo e imóvel não são categorias sinônimas. Locomotivas e navios podem mover-se pelo espaço, entretanto por sua inserção no processo de produção podem ser definidos como capital fixo. Já espaços de moradia e de lazer comumente possuem localização fixa, mas enquanto bens de consumo não se inserem no processo produtivo como capital fixo.

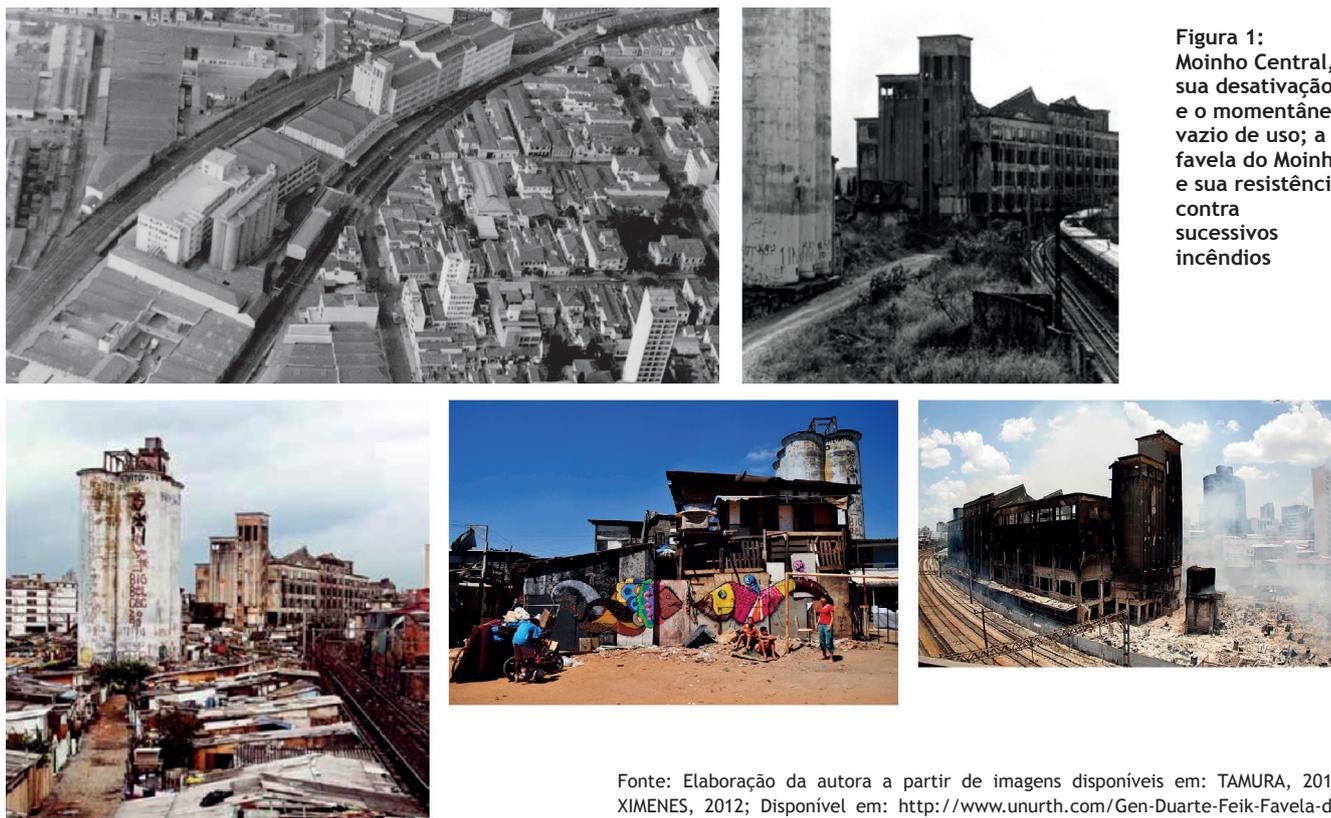


Figura 1: Moinho Central, sua desativação e o momentâneo vazio de uso; a favela do Moinho e sua resistência contra sucessivos incêndios

Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens disponíveis em: TAMURA, 2016; XIMENES, 2012; Disponível em: <http://www.unurth.com/Gen-Duarte-Feik-Favela-do-Moinho-Sao-Paulo>. Acesso em: 24 mai. 2019.; Disponível em: <http://cptmemfoco.blogspot.com/2012/09/incendio-destroi-o-que-restou-da-favela.html>. Acesso em: 24 mai. 2019.

tancias econômicas e materiais, levam, em alguns casos, a processos de desinvestimento. Na esfera da produção, parte destas grandes estruturas perde seu valor de uso, com isso perdendo seu valor. No período recente, grandes estruturas ferroviárias que antes eram utilizadas para transportar insumos e produtos das zonas industriais às zonas comerciais passaram a ter sua inserção mais forte na esfera do consumo ou foram completamente desativadas para esse tipo de transporte.

Em um exercício de observação sobre esses processos em grandes cidades do Brasil, é possível perceber que parte destas estruturas passaram por processos de ressignificação após uma condição temporária de vazios de usos. Em alguns casos, essas estruturas já destituídas de seu uso original passam por processos de depreciação que extrapolaram ao seu entorno e, com isso, tornam essas terras acessíveis à parte da população que expressa uma fraca demanda efetiva ao mercado imobiliário formal de moradias, formando-se assim ocupações de grupos sem teto em antigas indústrias desativadas ou em terrenos residuais no entorno de linhas férreas. Já em outros casos, a disponibilidade desses espaços tem levado à sua transformação em bens de consumo como parques urbanos e conjuntos habitacionais promovidos pelo

poder público. Há momentos em que estes processos se sobrepõem em um mesmo espaço, primeiro sendo ocupado e depois transformado por iniciativas do poder público.

Onde hoje está a favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, havia diversas estruturas fabris, desativadas entre as décadas de 1980 e 1990, que se somaram a grandes glebas de terrenos vazios, e, nas décadas seguintes, foram ocupadas para fins de moradia. Assim surgiram as favelas da Embratel, da Coca-Cola, da Gráfica Bloch e da Skol. Um processo semelhante se deu com a favela da Maravilha, na cidade de Fortaleza. Originada de uma ocupação de um terreno vazio às margens de um rio na década de 1960, a favela consolidou-se enfrentando recorrentes processos de remoção para implantação de grandes estruturas urbanas. A favela foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reassentou seus moradores em três conjuntos habitacionais produzidos no terreno original da ocupação e em glebas vazias nas proximidades. Mais recentemente, sofreu novas ameaças de remoções com a implantação do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que corta o terreno ocupado pela antiga favela e agora pelos novos conjuntos habitacionais. Já em São Paulo, na favela do Moinho, encontramos mais um

exemplo dos processos de transformação que aqui discutimos (ver Figura 1).<sup>5</sup> Ela está localizada entre dois ramais ferroviários, onde funcionou o antigo Moinho Central (1950-1980), lugar de destaque por sua centralidade e por estar inserida em uma nova frente de expansão para o mercado imobiliário da cidade (ROLNIK, 2017). Apesar dos processos de resistência que buscam assegurar o direito à permanência das famílias, a favela do Moinho tem enfrentado o agravamento das pressões pela sua remoção. O caso ganhou destaque na mídia pela mobilização popular contra os seguidos incêndios sofridos; e a recente associação na mídia da favela do Moinho com o tráfico de drogas tem sido acionada como justificativa para incursões policiais violentas e novos projetos de remoção das famílias.

À medida que compreendemos o ambiente construído sob o sistema capitalista como uma mercadoria, temos clareza de que cada renovação e transformação que nele ocorre são orientadas para a criação de uma nova configuração apropriada às relações sociais do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 316). O mesmo ocorre nos casos de mudanças de usos das antigas estruturas de capital fixo enraizadas na terra. Quando os novos usos destoam da orientação desejada pelo capital, surgem disputas e conflitos, dos quais temos como exemplos os processos de remoções forçadas que historicamente ocorrem nas grandes cidades brasileiras e que estão presentes nos casos brevemente apresentados aqui.

## TRANSFORMAÇÕES: DO CAPITAL FIXO AOS BENS DE CONSUMO

Por diversas vezes, capital fixo e bens de consumo compartilham linhas de análise de Harvey sobre a produção capitalista do espaço, sendo ambas categorias utilizadas para pensar os elementos do ambiente construído.

Conceitualmente, o ambiente construído pode ser dividido em elementos de capital fixo a serem utilizados na produção (fábricas, rodovias, ferrovias etc.) e em elementos de um fundo de consumo a serem utilizados no consumo (casas, ruas, parques, passeios etc.). Alguns elementos, tais como as ruas e os sistemas de esgotos, podem funcionar

<sup>5</sup> Nas ilustrações deste texto, o uso dos tons de cinza sinaliza que as imagens retratam realidades passadas, que já não são mais encontradas diante do processo de transformação em curso. Já as imagens apresentadas em cores tratam-se de representações mais atuais dos casos, que ilustram a condição presente.

quer como capital fixo, quer como parte do fundo de consumo, dependendo de seu uso. (HARVEY, 1982, p. 7).

Harvey aponta que tanto o capital fixo quanto os bens de consumo são essenciais para o funcionamento do sistema capitalista como o conhecemos. A produção do capital fixo é acionada continuamente como uma forma de captar os benefícios dos avanços tecnológicos, respondendo às pressões por aceleração do ritmo de rotação do capital geradas pela competição intrínseca ao sistema. Já os bens de consumo, para além de serem necessários para a reprodução da força de trabalho, cumprem junto ao capital fixo o papel de aceleração do tempo de rotação do capital.

Enquanto projetos de longo prazo, capital fixo e bens de consumo fomentam tempos de rotação agregados mais rápidos. Por eles, o capital circula necessariamente em um ritmo mais lento (como o capital imobilizado e dentro dos estoques de consumo), porém encontra a possibilidade de acelerar seu circuito principal, gerando maiores lucros e excedentes.

De fato, o investimento em ciência e tecnologia, e na habitação dos trabalhadores (por meio da educação ou repressão) a ritmos de trabalhos mais intensivos, assim como os novos maquinários, sistemas de transporte e comunicações, sistemas de informação, formas de distribuição etc., podem todos juntos fomentar tempos de rotação agregados mais rápidos. Certa parte da circulação do capital desacelera para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante. (HARVEY, 2005, p. 135).

À totalidade dos processos em que o capital circula através do capital fixo e da formação dos bens de consumo e do seu uso, Harvey refere-se como “circuito secundário do capital” (HARVEY, 2013, p. 318), onde os ritmos de formação e uso do capital fixo e dos bens de consumo são gradualmente alinhados. Agrupando projetos de longo prazo, o circuito secundário do capital é apresentado pelo autor como essencial na aceleração do tempo de rotação capital e, com isso, na produção de excedentes. Por sua vez, o desejado estímulo à aceleração depende da superacumulação do capital. Neste sentido, Harvey aponta que o circuito secundário aparece “como um presente dos deuses para a absorção do capital excedente, superacumulado” (HARVEY, 2013, p. 319).

Com isso temos o que o autor apresenta como “equilíbrio dinâmico”, no qual o capital fixo e os bens de consumo necessitam da produção de excedentes para sua formação (em especial de capital e de força

de trabalho) e são empregados na aceleração do tempo de rotação do capital, na criação de infraestruturas físicas e sociais, gerando mais excedentes. Entretanto, esse “ciclo virtuoso” não se dá continuamente sem que encontre “barreiras insuperáveis” que levem ao seu rompimento. “Normalmente, essa espiral se interrompe por uma crise em que a força de trabalho e o capital distribuídos em todas as partes ficam sujeitos à desvalorização” (HARVEY, 2005, p. 135).

Quanto aos excedentes de força de trabalho, o autor aponta que a lentidão com que ocorrem as transformações das estruturas empregatícias e ocupacionais opera como impeditivo à continuidade da “espiral”. Já quanto ao capital excedente, este encontra barreiras – como a sua transformação em moeda diante da condição de superacumulação – somente superadas pelo intermédio da utilização do crédito e do capital fictício, que possibilitam a fruição do capital excedente de uma esfera para a outra da circulação do capital. “O crédito mais o capital fictício talvez sejam a poção mágica para tornar todos os capitais instantaneamente conversíveis, mas, evidentemente, trata-se de uma mistura volátil, capaz de combustão quase instantânea na fogueira da formação da crise” (HARVEY, 2005, p. 137). Harvey considera, portanto, o limite do volume da produção do capital fictício como o gatilho para o rompimento da “espiral”.

A partir deste breve resgate da reflexão de Harvey é possível avançar na compreensão do papel do ambiente construído para a postergação ou superação das recorrentes crises do sistema capitalista avançado, assim como para a continuidade do movimento em prol da acumulação do capital (do qual as crises fazem parte). Assim, as transformações e renovações nos espaços vazios das grandes cidades brasileiras devem ser analisadas como partes deste processo mais amplo de circulação do capital, com a ciência de que estas implicam mudanças que afetam localmente o território.<sup>6</sup>

Mostra-se rica à discussão da produção do espaço urbano a análise dos processos de renovação e transformação a partir dos conflitos que emergem das contradições e tensões entre classes da sociedade capitalista, que têm como base os diversos interesses de cada grupo na produção do ambiente construído. Enquanto uma fração do capital busca direta

ou indiretamente a apropriação da renda (como os proprietários fundiários e os incorporadores) e uma outra fração busca o lucro através da produção de novos elementos (como os construtores), o capital em geral tem no espaço urbano um impulsionador da acumulação; e um quarto grupo é formado pela força de trabalho, que compõe a maior parte da população urbana, tendo na cidade o seu meio de consumo e de reprodução da vida (HARVEY, 1982).<sup>7</sup>

As diversas lutas travadas entre a força de trabalho e as demais frações de classe são permeadas pela divisão artificial imposta pelo sistema capitalista entre o “viver” e o “trabalhar”, levando o trabalhador a duas “lutas independentes”:

A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. (HARVEY, 1982, p. 8).

Nesta análise tratamos em especial do espaço do “viver” e das lutas que nele são travadas. Entretanto, devemos manter-nos alertas para as interações entre as duas arenas como forma de garantir que tenhamos uma visão ampla das questões postas. Momentos como atos públicos que fecham ruas em prol de pagamento de salários devidos nos mostram a necessidade de lidarmos com a interação entre as arenas de lutas travadas no “viver” e no “trabalhar”. Considerando esta divisão entre o “viver” e o “trabalhar”, podemos apontar que na esfera do “viver” as lutas travadas entre a força de trabalho e as demais frações de classe têm como base a disputa pela terra urbana. Ao passo que para as demais frações de classe a terra é condição para a produção de capital, para a força de trabalho ela é condição de vida. Para além da necessidade elementar de ocupar algum espaço, a força de trabalho “envolve-se numa sucessão de batalhas no ambiente de viver” (HARVEY, 1982) pelo custo e pela qualidade dos elementos que compõem o ambiente construído e que, com isso, determinam o seu padrão de vida.

<sup>6</sup> Podemos exercitar esta transição da escala analítica quando pensamos em efeitos de “vizinhança” e “externalidades”, como diante da depreciação econômica de grandes estruturas de capital fixo que possuem repercussões no espaço; ou do surgimento de um novo elemento, como um bem de consumo comunitário (escola pública, parque urbano, estádio etc.); ou uma grande rodovia que pode levar à valorização das propriedades fundiárias do seu entorno.

<sup>7</sup> Neste momento apoio-me na sistematização sucinta feita por Harvey (1982) para a introdução do artigo “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. Esta categorização não é vista clara e hermética na realidade como a conhecemos, mas nos ajuda a perceber a estruturação dos principais conflitos que aqui tratamos.

## PARQUE MADUREIRA: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Na cidade do Rio de Janeiro, temos o período recente marcado por singularidades: um amplo processo de reordenamento do ambiente construído justificado pelos grandes eventos internacionais realizados na cidade;<sup>8</sup> o aprofundamento da segregação urbana com o aumento expressivo do preço do solo urbano com o “boom imobiliário”;<sup>9</sup> grande produção periférica de habitações pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); e uma “onda de remoções”,<sup>10</sup> que atingiu dezenas de milhares de famílias.

O Parque Madureira insere-se neste quadro como grande projeto urbano, sendo um dos mais volumosos investimentos realizados pelo poder público municipal durante as duas gestões de Eduardo Paes (2009-2012, 2013-2017), com mais de 423 milhões de reais. Esta verba teve origem na chamada “Fonte 100”, fonte disponível ao gestor municipal para livre destinação, ressaltando a relevância política deste projeto para a gestão. O dispêndio de volumosas verbas do orçamento municipal atribui singularidade a este projeto se comparado ao leque de grandes obras realizadas no mesmo período que, em sua maioria, tiveram aportes financeiros importantes das outras esferas de poder.<sup>11</sup> Diante da profunda segregação urbana carioca, os grandes investimentos em Madureira foram reiteradamente acionados nos discursos hegemônicos como demonstrações da “integração da cidade” e da isonomia da distribuição dos recursos, em contraposição ao histórico direcionamento das políticas públicas para as áreas de interesse dos grandes agentes do mercado imobiliário formal em detrimento das áreas mais populares.

O Parque Madureira tem hoje cerca de 93 mil

8 Na última década, a cidade sediou os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Militares (2011), a Conferência da ONU Rio+20 (2012), além da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude (2013). Em 2014 sediou a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, os Jogos Olímpicos, comandados pelas instituições privadas Federação Internacional de Futebol Associado e o Comitê Olímpico Internacional.

9 No período entre 2009 e 2014 a cidade do Rio de Janeiro passou por um intenso “boom imobiliário”, no qual os preços de venda e aluguel de imóveis variaram muito acima dos demais índices, como a taxa de juros básica da economia (SELIC) e a inflação (IPCA). Ver PINHO (2016).

10 De 2009 a 2017, mais de 22 mil famílias removidas na cidade do Rio de Janeiro (XIMENES, 2017).

11 Ver “Plano de Políticas Públicas – Legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016”. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/legado/plano-de-politicas-publicas>. Acesso em: 24 mai. 2019.

metros quadrados, indo desde a região central do bairro de Madureira (tendo sido lá a primeira etapa do Parque, inaugurada em 2012) até as proximidades da Av. Brasil, cortando quatro bairros da Zona Norte da cidade.<sup>12</sup> São caros à compreensão do processo de transformação que levou à criação do Parque a relevante centralidade exercida por Madureira ao longo da evolução urbana do Rio de Janeiro e seu papel simbólico de “capital do subúrbio” (CARNEIRO, 2009). Após sua inauguração, o Parque tornou-se um dos mais populares espaços públicos da cidade, atendendo especialmente à população moradora do subúrbio carioca.

O Parque estende-se ao lado de uma linha ferroviária auxiliar (ramal Belford Roxo). O terreno no qual hoje temos o Parque abrigava uma das principais linhas de transmissão de energia da cidade operada pela Light,<sup>13</sup> sob a qual existia uma grande horta urbana. Através de um grande investimento financeiro em avanços tecnológicos, foi promovida a compactação de linhas de transmissão e liberado um amplo terreno. Em uma “troca” com a Light, na qual “você me dá o terreno, eu faço a compactação da rede”, à Prefeitura coube o investimento na compactação das linhas de transmissão e, com isso, ganhou em troca a “terra que surgiu”, e nela criou o Parque Madureira.<sup>14</sup> Neste ajuste, as torres de transmissão de energia foram instaladas em uma faixa mais estreita do terreno, que antes era ocupada pela favela Vila das Torres (ver Figura 2).

A favela de Vila das Torres teve seu início ainda na década de 1960, acompanhando o crescimento das favelas nas áreas industriais da cidade. Sua relação com a faixa ocupada pelas torres de transmissão dava-se pelo trabalho nas grandes hortas urbanas, com colheitas que abasteciam o mercado local e eram fonte de renda para parte das famílias. Apesar do processo de transformação disponibilizar ampla terra urbana bem localizada, os moradores de Vila das Torres foram removidos e tiveram rompidos os seus vínculos com a agricultura urbana.

Dentro da grande “onda de remoções” ocorrida durante as duas gestões de Paes, a remoção das famílias de Vila das Torres destaca-se por ser a única vin-

12 Como discutido por Sandra Carneiro (2009), a cidade do Rio de Janeiro é possuidora de uma territorialidade marcada pelas categorias duais de “Zona Norte” e “Zona Sul”. A divisão administrativa da cidade também parte do reconhecimento destas regiões, tendo a Área de Planejamento 3 como a área referida no senso comum popular como “Zona Norte”, com uma ocupação bastante marcada por eixos ferroviários.

13 Empresa de energia elétrica concessionária do município.

14 As expressões aqui destacadas foram utilizadas por gestores públicos entrevistados ao longo da pesquisa para descrever os processos em estudo.



Figura 2:  
Vila das Torres, a grande  
horta urbana sob a linha  
de transmissão de energia  
e o Parque Madureira

Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens próprias e de imagens disponíveis em: <http://theinformalcity.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mai. 2019; disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/357051076682599676/?lp=true>. Acesso 24 mai. 2019; disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com/>. Acesso em: 24 mai. 2019.

culada à Secretaria Municipal de Obras que, junto à Subprefeitura da região, era responsável pelas negociações<sup>15</sup> que ocorriam com as famílias individualmente, em uma sala de acesso restrito, na sede da Light. O formato destas negociações corroborou para a dificuldade de reconhecimento dos agentes envolvidos neste processo por parte dos moradores, que já sofriam com o desconhecimento sobre a propriedade original do terreno ocupado. Desconhecimento este presente no discurso de todos os gestores públicos por mim entrevistados.

Das 1.017 famílias removidas de Vila das Torres, 264 foram realocadas no conjunto habitacional Ipê Branco, no bairro de Realengo. Para aqueles que trabalhavam em Madureira ou nas hortas, a chegada ao Ipê trouxe novas taxas até então não consideradas no orçamento familiar e dificultou o acesso aos antigos locais de trabalho e de lazer. Em pesquisa realizada com os moradores do Ipê, estes fatores foram apontados como parte daqueles que levaram mais da metade dos entrevistados a declarar preferir morar no domicílio e/ou bairro anterior. Este índice foi ainda

maior quando somado àqueles que preferiam morar em um lugar diferente do atual, chegando a 84% dos moradores insatisfeitos com sua condição de moradia atual (CARDOSO *et al.*, 2011).

Tem-se ainda como agravante desta situação que a frequente quebra das redes sociais pré-existent em ações de remoção, o enfraquecimento político do grupo de moradores e a carência de serviços públicos e privados nos novos locais de moradia têm se tornado facilitadores para a ação de milícias em condomínios habitacionais periféricos. O Ipê Branco teve a chegada da milícia noticiada em jornais de grande veiculação,<sup>16</sup> com cobrança de taxas e suspensão do serviço de abastecimento de água, agravando o quadro de vulnerabilidade social destas famílias.

## FINALIZANDO

Na breve exposição feita por meio deste texto, arrisco somar novas perspectivas à discussão sobre os

<sup>15</sup> As demais remoções ocorridas na cidade neste período foram vinculadas à Secretaria Municipal de Habitação (FAU-LHABER, 2012).

<sup>16</sup> RAMALHO, Sérgio. Minha Casa Minha Vida já está sob domínio da milícia na Zona Oeste. **O Globo**, 6 mai. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/minha-casa-minha-vida-ja-esta-sob-dominio-de-milicia-na-zona-oeste-2772979>. Acesso 24 mai. 2019.

vazios urbanos na crítica à produção capitalista da cidade, pautada pelas categorizações de tipos de vazios urbanos que partem comumente da dicotomia entre vazios edificadas e não edificadas. Aqui busco contribuir com a introdução dessa condição específica de disponibilidade de terras diante de um processo de desvalorização das grandes estruturas de capital fixo imóvel, que têm a localização como atributo fundamental. Ao perder seu valor de uso, e com isso seu valor, estas estruturas passam por um momentâneo “vazio”, sucedido por um novo uso que pode gerar uma configuração apropriada à acumulação do capital ou às demandas insurgentes como as soluções de moradia das classes populares (que ao levar ao barateamento da sua força de trabalho pode interessar ao capitalista em determinadas conjunturas econômicas e sociais, ou até que um uso mais lucrativo se apresente para aquela terra). Proponho-me então a lançar luz sobre os processos de renovação e transformação deste tipo singular de vazio urbano para, com isso, avançar na compreensão da produção capitalista da cidade, seus conflitos e contradições.

Neste sentido, o esforço de análise sobre o processo de transformação que envolve a criação do Parque Madureira a partir desta perspectiva mostrou-se rico. Retomando os argumentos desenvolvidos por Harvey, podemos olhar para esta transformação do ambiente construído promovida pelo poder público municipal como uma mudança de uso orientada para a criação de uma nova configuração mais apropriada às relações sociais do capitalismo do que a que se tinha anteriormente.

É interessante percebermos como a conjuntura marcada pelo ciclo olímpico, no qual as três esferas de poder estiveram alinhadas politicamente (federal, estadual e municipal) e houve grande volume de investimentos públicos em projetos urbanos nas maiores cidades brasileiras, abriu espaço para uma profunda transformação na cidade do Rio de Janeiro. Podemos afirmar que, neste período, a acumulação pela urbanização foi intensificada, fundamentada na busca pela ampliação dos ganhos fundiários e de produtividade.

A região de Madureira, apesar de não abrigar “Clusters Olímpicos” e não compor as principais frentes de expansão do mercado imobiliário carioca, compartilhou de importantes elementos do quadro aqui brevemente apresentado, tendo recebido volumosos investimentos (materiais e simbólicos) que levaram a significativas mudanças sociais e urbanas.

Nesta região da cidade, conhecida como uma das suas áreas mais densamente ocupadas, tal conjuntura política e econômica trouxe viabilidade para a criação de um dos seus maiores espaços livres verdes, como

“uma mancha verde em meio ao mar de concreto”.<sup>17</sup> Neste processo de transformação foi possível o investimento em um avanço tecnológico que garantiu a manutenção dos serviços de transmissão de energia em uma faixa de terra mais restrita e fez “surgir” então uma grande área disponível a novos usos e apropriações, como um momentâneo “vazio”.

A este “vazio que surgiu” coube seu novo uso como parque urbano, prioritariamente elemento de fundo de consumo quando destinado ao lazer, passeio, descanso, necessário para a reprodução da força de trabalho. Considerando as especificidades da circulação do capital pelo seu circuito secundário (HARVEY, 2013, p. 318), temos a produção dos bens de consumo e do capital fixo como dependente da superacumulação, sendo um “presente” para absorção deste capital superacumulado (HARVEY, 2013, p. 319). Podemos então olhar para a produção do Parque Madureira a partir do seu papel na continuidade do movimento em prol da acumulação capitalista, da qual as crises são inerentes, mantendo-nos atentos aos impactos locais deste reordenamento do ambiente construído.

Neste sentido, para os antigos moradores de Vila das Torres, a implantação do Parque trouxe-lhes o “ônus” da remoção, sem que lhes fossem ofertadas condições adequadas de moradia e que lhes possibilitassem a apropriação deste novo equipamento urbano. Em vez de serem assistidos pela oferta de terra urbana a baixo custo, foram levados para distante de sua antiga moradia, perdendo o vínculo com a agricultura urbana como fonte de renda, rompendo suas redes sociais pré-existentes e tendo que readaptar-se às novas taxas que surgiram com suas novas moradias.

A partir desta leitura sobre a criação de um parque urbano em uma área da cidade densamente ocupada por classes populares, que teve parte de sua viabilidade embasada em um grande processo de remoção forçada, deparamos com complexos conflitos de divergência de interesses entre atores de uma mesma classe ou fração de classe, como alertado por Harvey (1982). Ao passo que, ao estudar as ações dos grandes agentes e os arranjos políticos envolvidos, tendo como horizonte a produção de cidades socialmente mais justas, o Parque Madureira é passível de longas e duras críticas negativas. Demandou esta atenção especial o grande número de moradores da Zona Norte e da Baixada Fluminense que utiliza o Parque

17 ALENCAR, Emanuel. Parque põe Madureira na rota da Rio+20. *O Globo*, 21 abr. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rio20/parque-poe-madureira-na-rota-da-rio20-4707287#ixzz577LiFPBw>. Acesso em: 24 mai. 2019.

frequentemente, a repercussão positiva na mídia e sua identificação no senso comum popular como um projeto bem sucedido dentre tantos “elefantes brancos” que surgiram no mesmo período. Se pensarmos o Parque como espaço qualificado de lazer para as classes populares moradoras do subúrbio carioca ele parece ganhar legitimidade por contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana.

Em casos como este, que não devem ser tratados como raros ou como exceções, faz-se necessário a atenção aos atores locais, suas articulações e os seus papéis na evolução urbana que levou à constituição do ambiente construído no qual o conflito é travado. Temos então aqui o forte indicativo da necessidade de adentrarmos mais a fundo neste significativo processo de transformação da cidade, assim como das possibilidades analíticas que se abrem quando incorporamos este vazio momentâneo das grandes estruturas na difícil discussão sobre a subsunção da propriedade privada à sua função social diante das poderosas barreiras que protegem alguns dos principais fundamentos da sociedade brasileira pautada no patrimonialismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, A. L.; NUNES JUNIOR, D. R.; ARAÚJO, F. S.; SILVA, N.F.; ARAGÃO, T. A.; AMORIM, T. P. **Minha Casa Minha Sina**: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, in CARDOSO, Adauto Lucio (org.) O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.
- CARNEIRO, S. de Sá. Rio, zona norte e zona sul: fronteiras para além dos estigmas. In: \_\_\_\_\_.; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- DE SOUZA, R. S. **Espaço e comunidade em face de grandes projetos públicos**: o deslocamento involuntário de moradores/agricultores de Vila das Torres, Madureira (Rio de Janeiro). Dissertação de mestrado pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ), 2015.
- GONÇALVES, P. M. R. **Rua Sacadura Cabral e Zona Portuária**: uma viagem no espaço e tempo rumo à Maravilha. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro n.6, 2012, p.231-246
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, nº 6. São Paulo: NERU/Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PEREIRA DA SILVA, M. L.; ANDRADE, L. S.; CANEDO, J. As múltiplas faces do Porto do Rio ou onde reside a maravilha: a riqueza socioespacial da moradia popular. In: MACHADO, Denise Pinheiro; VAZ, Lilian F.; REZENDE, Vera F. (orgs). **Centros urbanos**: transformações e permanências. 1.ed..Rio de Janeiro: Casa 8/ PROURB, 2012, v. 1, p. 135-160.
- PINHO, T. A. do. **O capital financeiro imobiliário no Brasil**: O caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Dissertação de mestrado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.
- ROLNIK, R. **Moinho resiste**: criminalização é usada para eliminar território popular. Blog da Raquel Rolink, publicado em 07 de julho de 2017. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/07/07/moinho-resiste-criminalizacao-e-usada-para-eliminar-territorio-popular>. Acesso em: 24 de agosto de 2017
- TAMURA, N. C. **A Favela do Moinho de dentro para fora**: relatos e percepções de seus moradores sobre suas vidas. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.
- XIMENES, L. A. **Reconhecendo Emergência no Lagamar**: Proposta Integrada de Intervenção. Trabalho final de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Ceará, 2012. ■